



## Relações de língua e subjetividade na determinação da pessoa com deficiência

**Raquel Ribeiro Moreira**

*Docente*

*UTFPR*

*raquelutfpr@gmail.com*

**Vejane Gaelzer**

*Docente*

*Instituto Federal Farroupilha*

*vejane.gaelzer@iffarroupilha.edu.br*

**Diovana Gelati de Batista**

*Graduanda*

*Instituto Federal Farroupilha*

*diovana.g.debatista@hotmail.com.br*

### RESUMO

As pessoas com deficiência nem sempre foram aceitas na sociedade e, por muitos séculos, a convivência desses sujeitos nas práticas sociais lhes foi negada. Aos poucos, a aceitação das pessoas com deficiência foi avançando e, ao mesmo tempo, as suas formas de tratamento. Todavia, esse avanço das conquistas da inclusão não anulou completamente qualquer forma de estigmatização e/ou preconceito. Neste viés, o presente estudo busca analisar diferentes designações oficiais da pessoa com deficiência, pautado no diálogo entre língua, sujeito e suas práticas sociais. Para analisar essas relações, foram tomados por base os pressupostos teóricos de Mikhail Bakhtin (2004), Michel Pêcheux (1997) e Michel Foucault (2009), além de entrevistas com pessoas com deficiência em processo de inclusão ligados à Associação de Deficientes de Santa Rosa (ADEFISA) como materialidade analítica. Desta forma, ao tratarmos do sujeito com deficiência, deparamo-nos com uma pessoa marcada por diferentes modos de designação que ainda não lhe permitem a plena inclusão, pois atestam situações de preconceito explícito e implícito nas diferentes práticas sociais a ela destinadas. Por isso, pode-se concluir que o processo inclusivo ainda precisa ser consolidado e aprimorado, começando,

talvez, por escutar e entender o modo como as pessoas com deficiência querem ser designadas.

**Palavras-chave:** Designação. Práticas sócio-históricas. Pessoa com deficiência.

**Language relations and subjectivity in the determination of the person with a disability**

**ABSTRACT**

People with disabilities were not always accepted in society. For many centuries, the coexistence of these people in social practices was denied. Gradually, the acceptance of people with disabilities has progressed and also the forms to treat them. However, the advancement of inclusion of this people not nullified all forms of stigmatization or prejudice with them. Thus, this paper wants to analyze different official designations of persons with disabilities, based on dialogue between language, subject and their social practices. The study is based on the theoretical assumptions of Mikhail Bakhtin (2004), Pêcheux (1997) and Michel Foucault (2009), as well it has as support some interviews with people with disabilities in the process of inclusion, from Disabled Association Santa Rosa (ADEFISA). Then, the subject with disabilities is, normally, marked by different modes of designation and that does not allow their full inclusion, because the modes of designation attest situations of prejudice. So it can be concluded that the inclusive process still needs to be consolidated and improved, beginning, perhaps, with the possibility to hear and to understand the way people with disabilities want to be named.

**Keywords:** Designation. Social-historical practices. Person with disabilities.

## 1. Introdução

As sociedades sempre conviveram com pessoas com deficiência, mas o reconhecimento e a aceitação desses sujeitos nunca, em maiores ou menores graus, se deu plenamente. Entretanto, mesmo sem a conquista total de seus direitos, é preciso reforçar que as formas de tratamento que as pessoas com deficiência receberam ao longo da história foram sendo modificadas, e aquela condição de exclusão absoluta alterou-se consideravelmente, trazendo-nos ao conceito de inclusão social que, mesmo não tendo se efetivado completamente, regula as discussões político-sociais de nossos dias.

O entendimento da questão tem se pautado, na atualidade, sob o modelo social, no qual a deficiência não está mais, invariavelmente, atrelada a uma perda ou desvio significativo, mas às condições concretas e sociais disponíveis em seu entorno. Quer dizer, não é mais a deficiência que regulará o modo e o grau de participação de uma pessoa na sociedade, mas como essa última possibilita os meios para que as pessoas com deficiência ali atuem e desempenhem suas funções.

Desse modo, desloca-se a visão da condição individual, marcada na deficiência pura e simplesmente, para aquela social, em que, a partir de então, a atuação na sociedade de uma pessoa com deficiência dependerá muito mais das condições exteriores a ela, condições existentes no ambiente, do que da deficiência em si. Neste paradigma, as formas de tratamento que as pessoas com deficiência recebem são muito diferentes daquelas a que eram submetidas séculos atrás, quando eram sacrificadas ou excluídas do convívio social, não possuindo, assim, os mesmos direitos que os outros cidadãos.

Mas isso não significa também que essa diferenciação tenha anulado qualquer forma de estigmatização e/ou preconceito. Por mais que tenhamos avançado muito nessa questão, a deficiência sempre teve significados construídos histórica e ideologicamente, nos quais a lesão era comumente substituída pela ideia de defeito ou de mau funcionamento, atribuindo-se ao sujeito deficiente um baixo valor social e decorrentes marginalização e exclusão. E os modos de designação da pessoa com deficiência podem atestar essa condição. Ou seja, ao mesmo tempo em que as formas de inserção das pessoas com deficiência foram mudando ao longo do tempo, a terminologia

utilizada para referir-se a elas também o foi. Por exemplo, houve uma época em que tais sujeitos eram chamados de incapacitados, em outra de excepcionais, há pouco tempo eles eram denominados portadores de necessidades especiais (e em muitos casos o são até hoje). Mesmo na atualidade, não há um consenso na designação do sujeito que tem uma deficiência.

Nesse sentido, o presente artigo pretende analisar as diferentes designações oficiais da pessoa com deficiência, atentando para a inter-relação estabelecida entre língua, significação e prática social. Como suporte e exemplificação de nossas reflexões, analisaremos trechos de uma entrevista, realizada no ano de 2015, a duas pessoas com deficiência que fazem parte da Associação de Deficientes Físicos de Santa Rosa (ADEFISA), fundada em 10 de agosto de 1986.

## **2. Relação entre Língua, Sujeito e História**

[Rocha \(2006\)](#) afirma que o conceito de deficiência, tal como entendido hoje, é resultado de pelo menos dois séculos de construção teórica. Para a autora, a deficiência, enquanto categoria científica, só passou a existir no final do século XVIII. Mas é a partir do século XIX, com o advento do “patológico” na medicina e nas ciências sociais, que a deficiência passa a ser também compreendida como uma patologia, na lógica científica da época, tornando-se passível de estudos, classificações e intervenções. Segundo Rocha, ainda, é nessa mesma época que a deficiência adquire nova expressão de negatividade, pois ela pertence ao universo de “anomalias da natureza”.

Esse enquadramento negativo social requer intervenções normatizadoras que, comumente, aparecem ligadas à esfera médica, mas que possuem na linguagem também sua condição de sustentação. Assim, as designações das pessoas com deficiência constituem-se em pontos de ancoragem simbólica na constituição e determinação desses sujeitos, que passam a assumir, a partir daí muito mais da atribuição pelo outro, ao longo dos anos, “identidades” de mais ou menos faltantes, mais ou menos dependentes, mais ou menos excluídas.

E essas “identidades” constroem-se também através da língua. A língua, para [Pêcheux \(1997\)](#), associada ao processo sócio-histórico no qual os discursos são produzidos, é necessária para que o sujeito torne-se sujeito, assumindo posições e juízos de valor. Isso porque, conforme [Bakhtin \(2004\)](#), a língua é neutra enquanto objeto teórico, mas, no momento em que se inscreve na ordem sócio-histórica, ela se dota de valores simbólicos. Quando as palavras estão inscritas em uma situação social e são proferidas por alguém, elas são carregadas de um tom valorativo, isto é, pelas palavras usadas, o sujeito falante emite julgamentos de valor a partir dos contextos históricos em que enuncia. Estando o sujeito em uma situação social, em contato com outras vozes, essas interferem nas suas concepções, nos seus discursos, e os modificam. Assim, a cada nova situação social, a palavra se torna outra e cada nova (re) assimilação adquire novo significado.

Nesse sentido, ao tratarmos do sujeito com deficiência, percebemos pelas suas designações que ele dificilmente é visto como sujeito centrado, autônomo, antes como um sujeito suscetível a mudanças a partir de vozes sociais e que ocupa um lugar inferiorizado na escala social. Esse sujeito responde às práticas sociais e aos diálogos de acordo com os valores implícitos nas vozes que o constituem. Portanto, ao nos debruçarmos sobre a questão da deficiência, temos um sujeito que, ao falar, está inscrito em uma ordem dialógica e histórica, e é um sujeito que dialoga e responde implicitamente aos acontecimentos históricos da trajetória da inclusão ou exclusão social – o que Bakhtin denominou função responsiva.

Dessa forma, não podemos dizer que há uma simetria entre a designação e o sujeito designado, isto é, que a designação “reflita” aquele sujeito em determinada época ou situação histórica, mas ao contrário, ela retrata um jogo de relações sócio-históricas que acaba por justamente constituir o sujeito designado, assim como os entendimentos entorno dele. [Moreira \(2011\)](#) afirma que essa relação assimétrica existente entre um e outro não é uma questão de subjetividade individual, mas histórica, pois se constrói através do modo como os sujeitos se relacionam entre si. Destarte, uma designação depende da inscrição do sujeito em uma ordem simbólica e histórica, e não apenas da operacionalização da língua e nem da mera vontade subjetiva dos indivíduos.

Assim, ao enunciar determinada designação, constrói-se uma rede de significações que extrapola a condição física ou mental da pessoa com deficiência, pois se inscreve em uma ordem simbólico-histórica constitutivamente polissêmica e que, por isso mesmo, constantemente se ressemantiza.

### **3. As diferentes designações para as pessoas com deficiência**

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2006, e validada pelo Congresso Nacional em 2008, reconhece que a deficiência é um conceito em evolução, e que ela resulta da interação entre pessoas com deficiência e das barreiras atitudinais e ambientais que impedem sua plena e efetiva participação na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

Tal “evolução” estende-se, também, aos modos de designação das pessoas com deficiência, pois esses modos são ‘responsáveis’ por acionar as diferentes relações histórico-sociais e ideológicas que constituem a determinação dos sujeitos com deficiência em determinada época, e desse modo referendar o seu grau de interação com o restante da sociedade. [Foucault \(2008, p. 184\)](#) afirma que “o campo de relações que caracteriza uma formação discursiva é o lugar de onde as simbolizações e os efeitos podem ser percebidos, situados e determinados”. É desse lugar a que nos referimos quando tratamos da designação da pessoa com deficiência. Os diferentes efeitos de sentido produzidos a respeito desses sujeitos se materializam também nas diferentes formas de seu tratamento.

Conforme [Sasaki \(2005\)](#), muitos termos foram utilizados ao longo da história para referir-se às pessoas com deficiência. Ele afirma que a cada época as designações empregadas assumem diferentes significados, e que esses variam de acordo com os valores vigentes em cada sociedade e com a evolução do relacionamento da mesma com os sujeitos com deficiência. Por exemplo, durante muito tempo essas pessoas eram chamadas de inválidas, principalmente durante o século XX, período em que eram tidas como inúteis, como “fardos para a família”. Vivia-se a transição de uma era agrícola para a industrial, o que instituiu uma nova significação dos corpos em relação aos

modos de produção. Um corpo defeituoso tinha pouco valor dentro da lógica capitalista, pois, conforme ressaltam [Mendonça Neto e Chaveiro \(2010\)](#), o corpo é a parte essencial das forças produtivas e, sem ele, não pode haver produção e nem acumulação de riquezas, daí a ideia de invalidez, incapacidade. Do mesmo modo, dentro desse padrão, a deficiência mental também era tida como inútil naqueles quadros de produção, não mais por uma questão física, mas pela dificuldade de compreensão dos sujeitos com essa deficiência. Esse fato gerava, para a lógica do capital, ainda mais preconceito e discriminação, pois como poderia haver, muitas vezes, um corpo perfeito inutilizado para o trabalho? Sob tais condicionantes é que as pessoas com deficiência mental, no século XIX, eram chamadas de idiotas e, mais tarde, de débeis mentais.

Essa lógica estigmatizante se vê reforçada, inclusive, nas atividades de assistência e educação das pessoas com deficiência. Segundo [Mazzota \(2011\)](#), até o final do século XIX, várias expressões eram utilizadas para referir-se à educação das pessoas com deficiência, tais como: Pedagogia de Anormais, Pedagogia Teratológica, Pedagogia Curativa, Pedagogia da Assistência Social e Pedagogia Emendativa. Observa-se a ênfase na má – de – formação, assim como a necessidade de adequação, a partir da cura ou da emenda, desses sujeitos às lógicas de um mercado que vê na escola seu espaço formador. Caso não haja a possibilidade de “normalização”, aos monstros<sup>1</sup> cabe a caridade e a assistência social.

Durante o século XX, designações como incapacitados, defeituosos e excepcionais também eram utilizadas para referir-se aos sujeitos com deficiência. De acordo com Sasaki (2005), o termo incapacitados significava, primeiramente, “indivíduos sem capacidade” e, posteriormente, passou a ser relacionado aos “indivíduos com capacidade residual”. Para ele, foi

[...] um avanço da sociedade reconhecer que a pessoa com deficiência poderia ter capacidade residual, mesmo que reduzida. Mas, ao mesmo tempo, considerava-se que a deficiência, qualquer que fosse o tipo, eliminava ou reduzia a capacidade da pessoa em todos os aspectos: físico, psicológico, social, profissional etc. (SASSAKI, 2005, p. 2)

Já a designação *excepcionais* era destinada aos indivíduos com deficiência intelectual. Sua utilização persistiu por muito tempo, motivada

também pelo fato de vários documentos oficiais e leis sobre educação empregarem-na para referir-se às pessoas com deficiência mental ou às superdotadas. Por exemplo, na Lei 4.024/61, em um artigo específico sobre educação para pessoas deficientes, lê-se o seguinte:

Art. 89º - Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação e relativa à educação de *excepcionais*, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções ([CARVALHO, 2007, p. 66](#) / grifo nosso).

As designações que marcavam a diferença e o preconceito estavam presentes também no nome das instituições destinadas ao ensino dos sujeitos com deficiência. Da década de 50 destacam-se duas, em funcionamento até hoje, que demonstram essa discriminação. São elas: a Associação de Assistência à Criança Defeituosa (AACD), fundada em 1950, e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), inaugurada em 1954 no Rio de Janeiro. Essa última possui centenas de sedes espalhadas por todos os estados brasileiros, e é responsável pelo ensino de pessoas com deficiência mental até os dias atuais, ainda utilizando a designação *excepcionais*. Essa questão nos parece ser uma marca de que, mesmo com os avanços em várias áreas da inclusão da pessoa com deficiência, persiste a diferenciação entre esses sujeitos, e uns estão mais distantes da efetiva participação na sociedade em igualdade de oportunidades do que outros.

Durante a trajetória histórica das pessoas com deficiência, a validade de muitas outras designações foi discutida. A palavra *deficiente* só deixou de ser utilizada como um substantivo na década de 80, quando passou a assumir o sentido de adjetivo, caracterizando o substantivo “pessoa”. Entre o final dessa referida década e o início da próxima (90), alguns especialistas começaram a contestar o uso da designação *pessoa deficiente*, pois, para eles, o adjetivo acabava sobrepondo-se ao substantivo, não conseguindo, desse modo, reverter o processo de estigmatização que somente o uso do substantivo – *deficiente* – já carregava. Assim, passou-se a ser utilizada a designação *pessoas portadoras de deficiência*, em uma referência à deficiência como um valor agregado das pessoas.



Além disso, se utilizou, durante um período, a designação *peessoas com necessidades especiais*. Essas duas últimas foram, para a maioria da sociedade não deficiente, consideradas como termos ‘politicamente corretos’, portanto, desvinculados das condições de preconceito e discriminação que as demais designações anteriores expressavam. E, por isso mesmo, ainda é muito comum encontrá-los em diversas falas, e até mesmo textos, de organizações que falam **das** pessoas com deficiência, em vez de falarem **com** as pessoas com deficiência. Para esses últimos, entretanto, tais designações não correspondem à realidade na qual esses sujeitos se encontram e também não refletem suas necessidades e lutas pela plena inclusão. A deficiência não é algo que se porta, como um acessório, em que é possível deixar de portá-lo caso haja uma superação ou intervenção. Isto é, “a condição de ter uma deficiência faz parte da pessoa e esta pessoa não porta sua deficiência” (SASSAKI, 2005, p.13), ela simplesmente a possui. Nessas condições, tais designações deixaram de ser utilizadas pelos discursos especializados na área, apesar de, como dissemos, ainda permearem o universo em torno da deficiência. Além dessas, outras designações também foram adotadas, por um curto espaço de tempo, no referimento às pessoas com deficiência, tais como *portadores de direitos especiais* e *peessoas especiais*, todas com as mesmas consequências das duas acima.

A partir da década de 90, a designação *peessoas com deficiência* começou a ganhar espaço, sendo reforçada após compor o texto da “Convenção Internacional para Proteção e Promoção dos Direitos e Dignidade das Pessoas com Deficiência”, realizada pela ONU (2003), e também o texto da “Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência” (ONU), passando, assim, a consolidar-se como a designação preferencial a esses sujeitos, uma vez que pretende reforçar a condição de pessoa em primeiro lugar, colocando a questão da deficiência como um especificador. Aliás, isso pode ser visto no documento escrito pelo secretário Nacional da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Antônio José Ferreira, no qual se declara a incorporação dessa designação na Legislação Brasileira:

Pessoas com deficiência são, antes de mais nada, PESSOAS. Pessoas como quaisquer outras, com protagonismos, peculiaridades, contradições e singularidades. Pessoas que

lutam por seus direitos, que valorizam o respeito pela dignidade, pela autonomia individual, pela plena e efetiva participação e inclusão na sociedade e pela igualdade de oportunidades, evidenciando, portanto, que a deficiência é apenas mais uma característica da condição humana ([BRASIL, 2012, p.13](#)).

A designação *peessoa deficiente* também retorna nesses últimos anos, aparecendo inclusive em diversas publicações especializadas na área, entretanto, verificamos uma prevalência no uso de *peessoa com deficiência*, pelas condicionantes acima elencadas, o que nos levou a adotar essa designação tanto nesse texto quanto em nossas pesquisas. Ademais, procuramos constituir nossa pesquisa não só falando **das** pessoas com deficiência, mas **com** as pessoas com deficiência, possibilitando-nos refletir sobre a inclusão a partir dos sujeitos com deficiência que ousam falar. Algo que por muitos séculos lhes foi privado.

Observamos, com tudo isso, que o tratamento dado ao sujeito com deficiência, que mudou ao longo dos anos, teve seu acondicionamento nas diversas designações que lhe foram destinadas, culminando em uma condição que nos parece muito mais adequada: em vez de serem falados, designados, como aconteceu por muito tempo, é agora a pessoa com deficiência que diz sobre si e sobre o modo como deve ser designada, resultando – como deveria sempre ser – no surgimento político e simbólico de um sujeito de direitos.

#### 4. Paralítico, aleijadinho...

Sabemos que a língua, ao mesmo tempo em que constitui a individualidade do sujeito, é social, e, portanto, é nas práticas sociais que ela assume efeitos de sentido, refletindo e refratando a realidade. Dessa forma, os modos de designação da pessoa com deficiência colocam esses sujeitos em uma escala social, infelizmente na maioria das vezes, ainda inferiorizada. Essa inferiorização é percebida pelos próprios sujeitos e eles – alguns - buscam alterar esse panorama. O recorte a seguir é de um rapaz com deficiência física<sup>2</sup> que frequenta a ADEFISA<sup>3</sup>. A sua fala nos mostra que eles – sujeitos com deficiência - estão cientes dessa visão pejorativa no âmbito social, mas que, ao mesmo tempo, buscam mudanças nas e a partir das práticas sociais.

R1 (Entrevistado A): “De vez em quando a gente ouve isso, o aleijadinho né, qual é a outra que eles usam aí, Entrevistado B?” “- Ou é quenco, paralítico ou aleijadinho... (risos)” (informação verbal)<sup>4</sup>.

Ao olharmos para a teoria a partir desse R1 (Recorte 1), percebemos que a língua traz a individualidade dos sujeitos, isto é, a fala é pessoal e, ao mesmo tempo, é contextualizada na sociedade para significar. Ao trazer a designação “*quenco, paralítico, aleijadinho*”, que é um relato pessoal, vivenciado nas suas práticas sociais, traz-se também a trajetória histórica de exclusão e de marginalização das pessoas com deficiência. Isto é, o modo como se designa a pessoa com deficiência reflete as determinações de maior ou menor preconceito dirigidas a esses sujeitos pela sociedade. E “*quenco, paralítico, aleijadinho*” refletem diretamente a uma perda, a uma ausência, a um defeito. Isso significa que a língua reflete a condição do sujeito inserido na sociedade e, nesse caso, o sujeito é tomado exclusivamente por sua condição física.

Quando pensamos em língua, não pensamos em um código literal e transparente que pode ser aplicado homogeneamente nas diversas situações discursivas. A língua é espaço de lutas e embates ideológicos e, desse modo, os efeitos de sentido por ela produzidos dependem das condições sócio-históricas para poderem existir. Uma língua só pode ser simbólica porque ela depende de condições de produção – leia-se política e ideológica – para mobilizar o código material, condições essas que, sem as quais, a língua seria vazia, morta.

Nessa perspectiva, do mesmo modo como vimos que as mudanças em relação ao tratamento da pessoa com deficiência aconteceram ao longo dos tempos, seus modos de designação também mudaram, dando suporte às diferenciações de inserção e participação social desses sujeitos. Isso mostra como as palavras refletem as posições ideológicas e políticas assumidas pelos sujeitos, e, concomitantemente, asseguram-lhe um lugar social do qual se enuncia, se produz discurso. Nesta ótica, na escolha das palavras feitas pelos falantes, há também um julgamento de valor - um efeito de sentido definido – no qual se percebe a categoria axiológica do eu, permeado pela voz do outro(s), porque “viver significa ocupar uma posição axiológica em cada

momento da vida, significa firmar-se axiologicamente” ([BAKHTIN, 2003, p. 174](#)). Essas mudanças são percebidas, por exemplo, na fala de um de nossos entrevistados:

R2 (Entrevistado A): “Tudo é um processo. Há pouco tempo atrás era “portadores de deficiência”, e aí chegou-se à conclusão de que não é o termo correto. Hoje a expressão usada é “pessoa com deficiência”, ou seja, ela exalta primeiro a pessoa, mas ela em deficiência... Ou é deficiente físico, isso é bastante pejorativo, né profe. Então o (Entrevistado A), como um todo, ele não é um deficiente, não, ele é uma pessoa que tem deficiência, pode ser maior ou menor, mas ele é uma pessoa com deficiência. E é óbvio que tudo isso, profe, estimula, isso motiva a questão da inclusão” (informação verbal).

A compreensão desse sujeito, que vive cotidianamente a relação entre designação e modos de determinação, como dissemos acima, é justamente a de que a língua, como espaço social e histórico, interfere no modo de inserção desse sujeito na sociedade. Se o tratamento é pejorativo, restringindo-o a uma parte de sua condição humana, a inclusão será diferenciada. Ela poderá ser meramente assistencialista ou ainda intervencionista/normalista, mas não reconhecerá o sujeito integral ali presente. Contudo, a partir do momento que se entende que ele é uma pessoa, em primeiro lugar, e não um deficiente, esse sujeito vê seus direitos primordiais sendo reconhecidos e consegue defender e lutar pela sua inclusão.

Dessa perspectiva, o sujeito se caracteriza pela posição que ocupa em relação aos sistemas de valor da sociedade em que vive, isto é, ele enuncia a partir de um lugar social e esse lugar pode incluí-lo ou excluí-lo. Portanto, não se trata apenas de meras palavras, mas do reconhecimento ou não que designa sujeitos, ou melhor, trata-se de uma luta social. E essa luta passa pelo reconhecimento da designação que esses sujeitos, as pessoas com deficiência, entendem e apontam como a mais adequada, a que melhor constituirá seus modos de determinação simbólica. E é por isso também que, normalmente, eles ressentem-se quando o preconceito e a discriminação – evidenciados pela língua – sobrepõem-se a esse entendimento:

R3 (Entrevistado A): “Porque, no momento assim que a gente ouve a expressão, de vez em quando a gente ouve isso, o aleijadinho (...) a gente administra bem isso profe, mas isso

assim, ele traz junto de si, essa expressão, muito preconceito” (informação verbal).

Ao tratarmos sobre questões referentes à inclusão e às respectivas designações às pessoas com deficiência, estamos trabalhando com questões de língua. Todavia, não podemos falar de língua, sem falar de sujeito, estando este inserido dentro de um processo sócio-histórico, assumindo uma posição que traz consigo juízos de valor. Assim, o sentido da palavra não pode ser único, estável e transparente, mas como efeito que é constituído a partir de determinados lugares sociais e históricos, pois o discurso mantém sempre relação com outros dizeres. O discurso, portanto, não é homogêneo, é atravessado por outros discursos também determinados sócio-historicamente, embora seja camuflada a heterogeneidade que o constitui. Para Bahktin (2004), trata-se da função responsiva, isso porque as palavras, ao serem empregadas, trazem consigo um juízo de valor, um “tom valorativo” (BAHKTIN, 2004) presente nos processos e nas práticas discursivas. A cada nova situação, o sujeito faz uso da palavra em uma perspectiva dialógica, respondendo ao discurso de outrem e, ao mesmo tempo, trazendo consigo a voz alheia. Podemos refletir sobre essas questões como o próprio entrevistado postula “*a gente ouve isso, o aleijadinho*”. Portanto, percebemos claramente pelo modo dessa designação a posição axiológica de inferioridade atribuída ao sujeito com deficiência, pois ao usar “*aleijadinho*”, ecoam outras vozes sociais que sócio-historicamente remetem à exclusão e à opressão.

Mendonça Neto e Chaveiro (2010) ressaltam que hoje, diante do paradigma da inclusão, um dos principais desafios sociais é a constituição de novas formas de produzir sentidos para os diferentes sujeitos. Acreditamos, como os autores, que essas formas devem ser fundamentadas na vontade de ruptura com os diferentes tipos de opressão e, pode-se acrescentar, de discriminação e de segregação. *Aleijadinho*, *paralítico*, entre outras, são designações que marcam a opressão e a segregação, pois correspondem a um universo da anormalidade, da incapacidade, e por isso causam, além do sofrimento, a exclusão. [Murillio \(2010\)](#) afirma que, quando algo assim acontece, por exemplo, o sujeito é permeado por uma linguagem que o coloca como incapaz, e é falado e olhado pelo outro a partir de sua deficiência. E a constituição de uma identidade diz respeito, também, a esse olhar do outro,

que é o olhar da sociedade, da família, da medicina, das leis, que acabam por delinear o perfil da identidade na deficiência.

De acordo com [Haroche \(2008\)](#), pautada nos estudos de Maus (1950), o modo de se portar e as atitudes têm origem social e estes comportamentos assumem significados diferentes, conforme o lugar onde significam. Para melhor elucidar essa concepção, a autora traz o exemplo do gesto de “olhar fixamente”, que pode assumir significados diferentes: no Exército representa polidez, mas, no cotidiano, é sinal de descortesia. Nessa perspectiva, são as tradições que impõem ou interditam determinado gesto e sua representação, isto é, os movimentos, as atitudes, ou os próprios olhares são regidos por regras, princípios, cuja origem é social. Desse modo, os gestos, as posturas se inscrevem em uma ordem simbolicamente estabelecida em um espaço social. São, portanto, os olhares, os gestos e as palavras que fornecem condições às interações sociais que podem levar ao sentimento de superioridade ou de inferioridade na caracterização dos sujeitos com deficiência.

Nesse cenário, muitas vezes as pessoas com deficiência são olhadas<sup>5</sup> com pena, desprezo, vendo-se apenas a deficiência e não a pessoa, como ressalta nosso entrevistado em R2. E esse perfil, que muito tem avançado no sentido de reconhecer os direitos das pessoas com deficiência, ainda tem muitas lacunas e brechas para a discriminação. Um exemplo disso é a designação *invalidez* presente na Constituição.

R4 (Entrevistado A): “A Constituição nossa também precisa fazer algumas mudanças, né, porque, no meu caso, eu sou aposentado por “invalidez”, ou seja, diante da Constituição Federal eu sou um inválido. Mas por favor!! (risos). É muito atrasada essa expressão aí. Atrasada e carregada de discriminação” (informação verbal).

A correspondência entre a designação e as condições de atraso, discriminação e preconceito, vistas pelos nossos entrevistados, dizem respeito a exatamente o que viemos discutindo em nosso trabalho: a língua, aqui marcada pelas designações da pessoa com deficiência, é um aporte ideológico, assim como um suporte de lutas sociais. E tais relações são sempre históricas. Mendonça Neto e Chaveiro (2010) atestam que a vinculação da pessoa com deficiência à ideia de incapacidade é uma herança cultural. Como tal, é também um instrumento de controle sobre essas pessoas, que podem

internalizar esse sentido na forma de desmotivação, de tristeza e de conformismo, resultando em aceitação da não possibilidade de participar e se integrar socialmente, como é direito de todos os indivíduos. Segundo os autores, esse instrumento de controle, na maioria das vezes, age de forma imperceptível, alheio à consciência. No entanto, é possível identificá-lo perfeitamente na língua – não somente nas designações, mas nelas principalmente – que acaba reiterando processos de distanciamento e impedimentos socioculturais às pessoas com deficiência.

## **5. Considerações finais**

As atuais políticas de inclusão social, assim como as lutas das pessoas com deficiência nesse tocante, têm na linguagem um suporte de suas ações. A percepção de que a sociedade não aceita mais os absurdos cometidos contra esses sujeitos, marcados historicamente pelo abandono, exclusão e preconceito, reforça a necessidade de adequação de designações que reconheçam as condições de existência e necessidade das pessoas com deficiência, auxiliando na constituição da identidade desses sujeitos, assim como seus modos de atuação na sociedade.

Não podemos ser ingênuos e acreditar que se trata apenas de mudanças nas designações às pessoas com deficiência. Antes, é necessário estarmos cientes de que a língua, inscrita nas práticas sociais, traz consigo juízos de valor e inscrevem os sujeitos em uma escala social, estratificando-os, atribuindo lugares sociais, a partir dos quais enunciam, olham e são olhados. Neste viés, é importante dar voz aqueles que por muitos séculos foram apagados da história.

## Referências

[BAHK TIN, M.](#) *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

[BAHK TIN, M.](#) *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2004.

[BRASIL](#). Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/convencaoopessoascomdeficiencia.pdf>>. Acesso em: 1 abr. 2016.

[CARVALHO, R. E.](#) *Removendo barreiras para aprendizagem: educação inclusiva*. 6 ed. Porto Alegre: Mediação, 2007.

[FOUCAULT, M.](#) *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

[HAROCHE, C.](#) *A condição sensível: formas e maneiras de sentir no ocidente*. Trad. Jacy Alves de Seixas e Vera Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2008.

[MAZZOTA, M. J. S.](#) *Educação especial no Brasil: história e políticas públicas*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

[MENDONÇA NETO, W.; CHAVEIRO, E. F.](#) Corporeidade, Potência e Representação. A produção social da deficiência. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 17., 2010, Caxambú. *Anais do XVII ENEP*. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs\\_pdf/eixo\\_4/abep2010\\_2497.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/eixo_4/abep2010_2497.pdf)>. Acesso em: 1 abr. 2016.

[MOREIRA, R. R.](#) “Meninos do Cense”: as relações de estigmatização, violência e disciplinarização de adolescentes em conflito com a lei de internados. 2011. 326 f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/28773>>. Acesso em: 1 abr. 2016.

[MURILLIO, P. C.](#) O patológico e o anormal no olhar de Michel Foucault: um estudo sobre a construção da identidade da criança com paralisia infantil. *Kinesis*, Marília, v. 2, n. 4, p. 159-174, 2010. Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Kinesis/Opatologicoeoa normal.pdf>>. Acesso em: 1 abr. 2016.

[PECHEUX, M.](#) *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, SP: Pontes, 1997.

[ROCHA, E. F.](#) *Reabilitação de pessoas com deficiência, a intervenção em discussão*. São Paulo: Roca, 2006.



[SASSAKI, R. K.](#) Como chamar as pessoas que têm deficiência? *Revista da Sociedade Brasileira de Ostromizados*, ano I, n. 1, p. 8-11, 2005. [Texto atualizado em 2013]. Disponível em: <[http://diversa.org.br/artigos/artigo/como\\_chamar\\_as\\_pessoas\\_que\\_tem\\_deficiencia\\_2013](http://diversa.org.br/artigos/artigo/como_chamar_as_pessoas_que_tem_deficiencia_2013)>. Acesso em: 1 abr. 2016.

*Recebido em 14 de outubro de 2016*  
*Aprovado em 25 de março de 2017*

Para citar e referenciar este artigo:

MOREIRA, Raquel Ribeiro; GAELZER, Vejane; BATISTA, Diovana Gelati de. Relações de língua e subjetividade na determinação da pessoa com deficiência. *Infor, Inov. Form., Rev. NEaD-Unesp*, São Paulo, v. 2, n. 1, p.249-265, 2016. ISSN 2525-3476.

## Notas explicativas

---

<sup>1</sup> Referência ao livro: DONALD, J.; HUNTER, I.; COHEN, J. J.; GIL, J. *Pedagogia dos Monstros. Os prazeres e os perigos da confusão de fronteiras*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. Apesar de não tratar das pessoas com deficiência, os autores discutem os processos de formação da subjetividade nas teorias pedagógicas.

<sup>2</sup> As nossas entrevistas orais foram gravadas e posteriormente transcritas. Os recortes utilizados são partes das falas, as quais pensamos ser pertinentes para nossa pesquisa. Para mantermos o anonimato dos entrevistados substituímos os nomes mencionados durante as entrevistas por Entrevistado A e Entrevistado B.

<sup>3</sup> A Associação dos Deficientes Físicos de Santa Rosa (RS), ADEFISA, foi fundada em 1896. A entidade presta atendimento diário aos deficientes físicos da comunidade local, realizando trabalhos artesanais e marcenaria. Além disso, disponibiliza informações sobre leis que regem a inclusão social à população geral.

<sup>4</sup> Transcrevemos literalmente as entrevistas, realizadas com as pessoas que frequentam a Adefisa (Associação dos Deficientes de Santa Rosa – RS), sem intervir nas construções dos enunciados dos entrevistados.

<sup>5</sup> Quando dizemos “olhar”, não o entendemos como uma concepção individualizada de mundo, construída por uma subjetividade particular. Referimo-nos às condições sócio-históricas e ideológicas que constituem o que seria esse “olhar” dos sujeitos e das sociedades.